



**V CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
VI SEMINÁRIO NACIONAL DE TERROTÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
V CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Eixo Fundamentos do Serviço Social: Formação Profissional do/a Assistente Social

O debate sobre os fundamentos do serviço social e a formação profissional

Lorena Ferreira Portes¹
Maria Clara Richter de Oliveira²

Resumo O trabalho apresentado, através de uma revisão de literatura, versa sobre os principais aspectos na constituição e apreensão do debate dos Fundamentos do Serviço Social no Brasil, evidenciando o contexto de emergência, situando o currículo mínimo de 1982 como elemento desencadeador até a construção das Diretrizes Curriculares de 1996. Contextualiza a emergência e o debate sobre os Fundamentos do Serviço Social, apontando elementos para o fortalecimento e aprofundamento sobre o tema em questão e, particularmente, para a formação profissional.

Palavras-chave: 1.Fundamentos do Serviço Social; 2. Marxismo. 3. Formação Profissional.

Abstract: The research addresses the main aspects in the constitution and apprehension of the debate on the Fundamentals of Social Work in Brazil, highlighting the context of emergence, placing the 1982 minimum curriculum as a triggering element until the construction of the 1996 Curricular Guidelines and establishment of the Fundamentals of the profession. Thus, how the debate, conception and repercussions in the field of professional training emerge.

Keywords: 1.Fundamentals of Social Work; 2. Marxism. 3. Professional Training.

1 INTRODUÇÃO

O trabalho em questão visa situar o debate dos Fundamentos do Serviço Social no Brasil e suas implicações na formação profissional, partindo das discussões oriundas da revisão do currículo mínimo de 1982 e, posteriormente, do currículo mínimo de 1996 que culminou nas Diretrizes Curriculares para o curso de Serviço Social de 1996. O recorte pelo tema está vinculado à pesquisa de mestrado na área do Serviço Social que está sendo realizada com a finalidade de analisar a direção teórico-política e acadêmico-

¹Professora Adjunta do departamento de serviço social da Universidade Estadual de Londrina, lorenafportes@gmail.com.

² Universidade Estadual de Londrina; Graduação em Serviço Social; mahrichter12@gmail.com



pedagógica que se apresenta no ensino dos Fundamentos do Serviço Social no curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina.

Considera-se que a discussão sobre os fundamentos se faz necessária e deve ser fortalecida, em vista de uma conjuntura de tentativa de retomada da perspectiva conservadora e de contestação da interlocução do Serviço Social com a teoria social crítica de Marx. Ainda, sendo os fundamentos o núcleo central gerador do processo formativo, torna-se indispensável sólido corpo teórico e técnico operativo.

Através de uma revisão de literatura sobre os fundamentos do Serviço Social no Brasil, selecionou-se autores que fazem essa discussão apontando elementos de reflexão e análise no campo da formação profissional. Em um primeiro momento, busca-se situar quando e por que se dá a construção do debate sobre os fundamentos, tendo por referência, o currículo mínimo de 1982 e estabelecendo uma interlocução crítica com o mesmo. Posteriormente, serão apresentados os elementos que foram explicitados na crítica do currículo mínimo de 1982 que culminaram na sua revisão e na construção do currículo mínimo de 1996, localizando o debate dos fundamentos no processo de formação de assistentes sociais na realidade brasileira.

2 DE ONDE DECORRE O DEBATE SOBRE OS FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL?

Para que se possa compreender o que são os Fundamentos do Serviço Social e como se expressam no campo da formação profissional é necessário situar em qual momento dos debates sobre a formação emerge a temática em questão. O elemento histórico e político que demarca essa emergência tem no currículo mínimo de 1982 a sua centralidade. Na trajetória da formação profissional de assistentes sociais no Brasil, se fizeram presentes distintos projetos formativos que responderam às exigências postas pelas determinações sociais, históricas, políticas e econômicas de um dado tempo histórico, as requisições do mercado de trabalho e ao posicionamento e análise da categoria profissional sobre a realidade social e a profissão.

Nessa direção, a revisão dos currículos responde as exigências, requisições e problematizações que foram sendo construídas e apresentadas no percurso profissional e apontam um determinado perfil a ser formado, os pressupostos balizadores da formação e o conjunto de conhecimentos que devem ser proporcionados na formação.

A construção do currículo mínimo de 1982 foi fruto de sínteses tecidas pela categoria profissional sobre os caminhos e a direção da formação profissional. Em 1979, na Convenção Nacional da Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS), apontava-se para a importância de uma revisão curricular. No mesmo ano, no II Encontro



Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESS) o debate sobre a revisão curricular se fazia presente. E o que se propôs com a revisão curricular?

As discussões sobre a revisão curricular apontaram que era preciso enfrentar um currículo anterior que tinha como referência, sobretudo, o Serviço Social norte-americano, expresso no Serviço Social de Casos, Grupos e Comunidade, reivindicando uma análise da realidade social e profissional que considerasse as particularidades históricas de um país latino-americano. Essa crítica foi produzida, como se sabe, dos desdobramentos do movimento de reconceituação latino-americano que emergiu na década de 1960 e, dentro de uma das perspectivas apontadas por Netto (2015)– ou seja, da intenção de ruptura que se expressou pela aproximação do Serviço Social brasileiro com a teoria social crítica de Marx.

Dentre os vários elementos que sustentaram a construção do currículo mínimo de 1982, destacam-se: a compreensão de que a profissão é um produto histórico e como especialização do trabalho coletivo inscrito na divisão social e técnica do trabalho; a análise da realidade social reconhecendo as determinações estruturais do modo de produção capitalista; a crítica à neutralidade profissional, afirmando que a profissão teria uma dimensão política; a tentativa de superar a visão fragmentada da realidade; a apreensão sobre a vinculação da profissão com as políticas sociais; o posicionamento político assumido pela profissão com a classe trabalhadora; o reconhecimento da dimensão investigativa, destacando a importância da pesquisa nos âmbitos da formação e do trabalho profissional; a inserção no currículo, de ementas voltadas para História do Serviço Social, Teoria do Serviço Social e Metodologia do Serviço Social.

Importante situar que essa revisão ocorreu numa conjuntura de ditadura cívico-militar e de lutas dos movimentos sociais pela abertura democrática. De acordo com Carvalho, et al (1984), o final dos anos de 1970 e início de 1980 foram marcados pela intensa crise econômica que atingiu majoritariamente a classe trabalhadora, resultando no surgimento de um processo de organização política de diferentes setores e grupos sociais, os quais acabam por forçar uma abertura política e recomposição de forças no cenário político.

É nesta conjuntura que a profissão fomentará um processo de discussão sobre os rumos da profissão, bem como de uma concepção de profissão e de formação que não se restringisse aos aspectos técnico-operacionais, mas que estivesse alinhada com o movimento da realidade social. Desse modo, emergem os questionamentos da formação profissional em relação às exigências da sociedade brasileira, da organização política dos assistentes sociais (em partidos políticos, sindicatos, entidades representativas e organizativas da profissão), do estágio supervisionado e da pesquisa.

Assim, destaca lamamoto (2014) que a “década de 1980 é um marco no debate sobre os fundamentos do Serviço Social inspirado na teoria social crítica, que norteia um



projeto acadêmico-profissional do Serviço Social brasileiro” (IAMAMOTO, 2014, p. 615). A autora afirma que o núcleo central deste projeto é a “compreensão da história a partir das classes sociais e suas lutas, o reconhecimento da centralidade do trabalho e dos trabalhadores (IAMAMOTO, 2014, p. 615). Destaca Iamamoto que tradição marxista alimentou teoricamente este novo projeto de formação profissional e, politicamente, foi sustentado pela aproximação às forças vivas que movem a história: as lutas e os movimentos sociais. Desse modo, a redefinição curricular trouxe, como elemento basilar, o debate sobre o significado social da profissão enquanto especialização do trabalho coletivo, evidenciando a historicidade da profissão (ABEPSS, 1996).

Nesse sentido, o currículo mínimo de 1982 trouxe avanços ao considerar que o perfil profissional deveria ser dotado de uma competência teórico-crítica e de um compromisso com a classe trabalhadora. A revisão do código de ética em 1986 ilustra esse posicionamento político.

No entanto, ao passo que se deve considerar os avanços trazidos pelo novo currículo, os apontamentos críticos se fizeram presentes. A gestão ABESS à época realizou um processo de monitoramento que resultou num conjunto de relatórios sobre a formação profissional. Esse monitoramento apontou potencialidades, dificuldades e dilemas.

Dentre as críticas apontadas, destaca-se que, buscando superar a tricotomia Serviço Social de Casos, Grupo e Comunidade, o currículo de 1982 gerou **uma fragmentação entre história, teoria e método**. O conjunto de críticas gerado neste momento foi apresentado em eventos e em publicações, como as do Cadernos ABESS. Os cadernos ABESS n 1 (1986) voltam-se a discutir o processo de formação do assistente social e o n 3 (1989) é direcionada-se, especificamente, para problematizar a questão da metodologia no Serviço Social.

Na publicação do livro sobre o Serviço Social e seus fundamentos, Guerra (2018) pontua que existiram três tendências: o teoricismo, o metodologismo e a adoção de uma concepção de história cronológica. Estas tendências são impregnadas da racionalidade formal-abstrata. O teoricismo é resultante de uma apropriação idealista do real, em que o conceito ganha estatuto da realidade e o domínio de sólido referencial teórico é considerado suficiente para formar assistentes sociais com capacidade de construir respostas qualificadas às requisições institucionais.

Outro aspecto enfatizado no teoricismo é a ausência de combinação dialética e complementar entre teoria e método. Acaba por criar um distanciamento do tratamento teórico-sistemático das matrizes teórico-metodológicas e a cotidianidade do trabalho profissional, ausente de mediações necessárias. Há um enfoque no debate teórico sem construir interlocuções com a realidade profissional, sem fazer o caminho de volta.



Na XXIV Convenção da Abess, Netto expõe sobre teoria, história e método na formação profissional. Sua fala foi apresentada em artigo nos Cadernos Abess n 1 (1986). Netto informa que em relação aos conteúdos trabalhados em Teoria do Serviço Social, se discutiria eventualmente as categorias epistemológicas, a relação dos conhecimentos com a prática e a defesa de uma teoria do Serviço Social. Refutando a tese de que a profissão teria uma teoria própria,

Sobre História do Serviço Social, o estudante teria contato com a história da profissão, do seu processo de institucionalização, como se deu a evolução profissional.

Em relação ao metodologismo, o autor aponta o direcionamento que foi dado na compreensão de método e metodologia no debate profissional, tecendo críticas à busca por uma metodologia própria do Serviço Social, resultando na confusão de considerar o método como uma pauta determinada de procedimentos para conhecer algo, ou como estratégia de intervenção.

São, conjuntamente, abordados pelo autor dois equívocos, referente a tríade teoria, método e história, compreendidos pela existência de uma metodologia do Serviço Social e a presença de uma estrutura científica apropriada pela profissão, ao modo que o autor pontua que o Serviço Social não tem teoria, estando essa compreensão ligada a concepção positivista funcionalista.

Em dissertação produzida por Consuelo Quiroga, docente da disciplina de Metodologia do Serviço Social no curso de Serviço Social da PUC-MG, aprovada em 1989, a autora, entre outros procedimentos de pesquisa, estendeu o estudo a depoimentos de outros docentes que ministravam a disciplina e em condições semelhantes, visando maior compreensão da realidade da disciplina nas diferentes Unidades de Ensino.

Quiroga (1991) aponta que o estabelecimento da disciplina de Metodologia esteve vinculado ao momento histórico, sendo expressão das forças sociais que estavam em movimento, da realidade social política e decorrente da pressão do movimento estudantil. Ainda, a emergência da classe trabalhadora nas cenas políticas, resulta na formulação de questionamentos frente à profissão e desse modo, identificação da insuficiência analítica da formação profissional.

Nesse cenário, outro importante aspecto na formulação da disciplina foi o Movimento de Reconceituação, compreendido pela autora como um marco decisivo. Desse modo, os profissionais passam a olhar criticamente o significado da ação profissional, emergindo processo de questionamento da profissão e em específico ao assistencialismo. A autora, ademais, levanta preocupação frente ao estabelecimento da disciplina sem carga horária mínima e conteúdo pré-estabelecido, possibilitando a introdução da discussão da metodologia no Serviço Social em diferentes vertentes, de diferentes modos de conceber e de desenvolver o conteúdo.



A autora também coloca que o conteúdo direciona a uma tematização, abordando as principais ideias do marxismo e contexto histórico do seu desenvolvimento em detrimento de um estudo aprofundando das categorias básicas de análise, indo contrária a visão de totalidade proposta por Marx.

Desse modo, é exposto por Quiroga (1991, p.114) que “o econômico parece passar fora da história. Trabalha-se a história, mas não passando pelas determinações de base material, o que representaria a negação da própria visão de história em Marx”, pensando o cotidiano em uma dimensão subjetiva. Tem-se, pois, a omissão do movimento dialético do real, resultando em uma abordagem unilateral e distorcendo a visão de classe.

Ainda, a autora aponta na pesquisa, a ocorrência de uma tematização nos conteúdos, sendo as principais ideias do Marxismo e o contexto histórico do seu desenvolvimento, estudo sucinto de suas categorias básicas de análise e a incorporação da Teoria Social Crítica na abordagem do Serviço Social. Tem-se, pois, a identificação de uma dupla dimensão, a teoria marxista e as abordagens do Serviço Social que dela se apropriam, podendo resultar em desenvolvimentos distintos das dimensões no processo de formação, e conseqüentemente, o estabelecimento de um conhecimento fragmentado e isolado.

Castro e Toledo (2011) levantam algumas críticas feitas por autores como Yazbek (1984), Pinto (1986) e Yamamoto (1992) referente ao Currículo Mínimo de 1982, compreendidas pela proposta estar pautada na realidade mas não apresentar uma dinâmica própria, assim como o homem compreendido como ser histórico mas de forma abstrata e sem estar situado historicamente; a falta de esclarecimento na defesa de “extratos mais carentes da sociedade”; a possibilidade de antagonismos quanto aos objetivos e conteúdo das ementas das disciplinas; a promoção da função promocional em detrimento da função assistencial, reproduzindo o Documento de Araxá; o não incentivo a participação popular; a substituição do conhecimento científico pela visão abstrata, crítica e sem categorias científicas que sustentassem o referencial teórico adotado; fragmentação entre os conhecimentos básicos e profissionalizantes; entre outros aspectos.

Outro elemento de crítica apontado por Guerra (2018) foi a perspectiva histórico-linear que se fez presente na fragmentação história, teoria e metodologia. A abordagem cronológica da história implicou na concepção de história como “a realização das ideias no tempo e a noção de homem abstrato como um ente cuja essência precede a sua existência real e concreta, portanto, histórica”; assim, “a história é tomada no seu aspecto cronológico, como uma sucessão de fatos no tempo” (GUERRA, 2018, p. 34).

Esses apontamentos irão culminar na revisão do currículo mínimo de 1982 e, conseqüentemente, na construção do currículo mínimo de 1996 que será, posteriormente, denominado como Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Serviço Social.



3. O CURRÍCULO DE 1996 E O DEBATE SOBRE OS FUNDAMENTOS HISTÓRICOS, TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DO SERVIÇO SOCIAL

Considerando o processo de monitoramento da implantação do Currículo Mínimo de 1982 foram conjuntamente identificados alguns equívocos apontados pela ABESS/CEDEPSS (1995), fomentando a a necessidade da superação da abordagem tripartite da história, teoria e metodologia do Serviço Social, apontando para a necessidade de um trato histórico, teórico e metodológico da realidade, viabilizado pela adoção da teoria social crítica e de um método que possibilitasse a apreensão do singular como expressão de uma totalidade social, isto é, a historização do movimento da realidade.

Pelas limitações do trabalho, não apresentaremos a trajetória da construção das Diretrizes Curriculares de 1996, mas apontaremos os elementos necessários para compreender como e por que os fundamentos históricos, teóricos e metodológicos no novo projeto de formação profissional foram trazidos para a discussão.

Neste processo de revisão curricular e constituição de um novo projeto formativo, colocam-se como eixos estruturantes o trabalho e a “questão social”. Compreende-se que a profissão é situada historicamente e inscrita na divisão social e técnica do trabalho. Sendo assim, é uma especialização do trabalho coletivo e é demandada para responder, por meio das políticas sociais, as demandas postas pelas contradições sociais do capitalismo.

Desse modo, a compreensão da realidade social é apresentada como fundamento da formação profissional, compreendida criticamente no seu movimento contraditório (ABESS/CEDEPSS, 1995).

A composição estrutural das Diretrizes Curriculares se dá por meio da apresentação dos pressupostos, princípios e diretrizes da formação, os quais reforçam a dupla natureza - analítica e interventiva- da profissão e a indissociabilidade entre a dimensão investigativa e interventiva.

Os pressupostos da profissão, conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares, estabelecem a compreensão da profissão como um produto sócio-histórico e desse modo, a influência direta das transformações que marcaram os anos de 1990 no trabalho do assistente social. Ainda, os pressupostos apontam para a compreensão da profissão particularizada nas relações sociais de produção e reprodução da vida social, incluindo a apreensão das contradições existente no desenvolvimento do capitalismo monopolista; também é colocada a relação entre o Serviço Social e a questão social mediatizada por um conjunto de processos sócio-históricos e teórico-metodológicos constitutivos do processo de trabalho.



A partir dos princípios e diretrizes da formação profissional, tem-se uma base comum para os cursos de graduação, definindo a organização dos currículos, superação da fragmentação dos conteúdos, estabelecendo padrões de desempenho e qualidade, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Refletem, ademais, a perspectiva de totalidade pertencente a teoria social crítica de Marx, introduzindo a tradição marxista como referencial analítico. Considerando as diretrizes curriculares, é estabelecida a exigência da capacitação teórica-metodológica, ética-política e técnico-operativa.

Ocorre conjuntamente a definição da nova lógica curricular, reafirmando o trabalho como atividade central na constituição do ser social, considerando as mudanças nos padrões de acumulação e por consequência no agir profissional. Apresenta-se um conjunto de conhecimentos indissociáveis, traduzidos pelos Núcleos de Fundamentação: núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social, núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e o núcleo de fundamentos do trabalho profissional, entendidos como eixos articuladores na formação profissional.

O primeiro núcleo compreende a apreensão do ser social a partir da perspectiva de totalidade, desse modo, explicita o processo de desenvolvimento do ser social a partir das ciências humanas e a teoria social marxista. O segundo núcleo trata o conhecimento da constituição econômica, social, política e cultural da sociedade brasileira. E por fim, o último núcleo corresponde a compreensão do Serviço Social como uma forma de especialização do trabalho social determinado por sua inscrição na divisão sociotécnica do trabalho.

Iamamoto (2014) enfatiza que por vezes os Núcleos são considerados de forma isolada e independentes um em relação ao outro, entretanto eles apresentam diferentes níveis de abstração necessários, complementares e interdependentes para decifrar o Serviço Social inscrito na dinâmica societária. Para mais, define que abrangem dimensões teórico-sistemáticas, particularidades históricas, que acabam por determinar o trabalho profissional e assim se condensam.

Como aponta Iamamoto (2014), a compreensão acerca dos fundamentos do Serviço Social é informada pela perspectiva da totalidade social, concebendo a história da sociedade como o terreno privilegiado para apreensão das particularidades do Serviço Social, ou seja, “seus modos de atuar e de pensar incorporados ao longo de seu desenvolvimento” (IAMAMOTO, 2014, p. 621). Nesta esteira, contrapõe-se à perspectiva histórico-linear, situando o Serviço Social “no debate teórico e cultural de seu tempo”, afirmando que o “Serviço Social na história é distinto de uma história do Serviço Social reduzida aos muros da profissão” (IAMAMOTO, 2014, p. 621).

É nesta direção que, dentre as matérias básicas estabelecidas no novo currículo, compreendidas como expressões das áreas de conhecimento necessárias à formação



profissional, destaca-se a matéria básica dos Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social (FHTMSS). Deste modo, os FHTMSS tem como conteúdo a ser inserido nas matrizes curriculares,

A análise da trajetória teórico-prática do Serviço Social no contexto da histórica da realidade social e as influências das matrizes do pensamento social. O trabalho profissional no processo de produção e reprodução social em relação às refrações da questão social nos diferentes contextos históricos (ABESS, 1996, p.17).

Importante destacar, conforme pontuado ao longo do texto, que as Diretrizes Curriculares apresentam uma relação de continuidade e de ruptura com o Currículo Mínimo de 1982, reafirmando as conquistas e visando ultrapassar os impasses identificados ao longo do processo de revisão.

Partindo destes apontamentos, a reafirmação do debate sobre os fundamentos do Serviço Social coloca-se viva e necessária, considerando que os fundamentos do Serviço Social, de acordo com Yazbek (2018), “consistem na matriz explicativa da realidade e da profissão, permeando a interlocução entre o Serviço Social e a sociedade” (YAZBEK, 2018, p. 47). Desse modo, a profissão, na sua trajetória sócio-histórica, foi incorporando diferentes matrizes do pensamento social para analisar, explicar e sustentar a compreensão da realidade social e da própria profissão.

A autora alerta que neste percurso histórico da profissão no Brasil, cabe uma observação conceitual acerca da natureza dos referenciais orientadores que nem sempre foram teórico-metodológicos, mas que tiveram alicerçados na perspectiva conservadora, como se evidenciou na influência do pensamento social da igreja e que foi um referencial doutrinário e não uma teoria social. Explica ainda, que no processo de apropriação do Serviço Social das matrizes explicativas acerca da realidade acompanha-se “as transformações sociais que se particularizam no desenvolvimento do capitalismo na sociedade e do pensamento social que o justifica” (YAZBEK, 2018, p. 51).

Closs (2015) aponta que os fundamentos são compreendidos como a forma na qual uma profissão constitui uma matriz explicativa da realidade e da própria profissão, gestadas no movimento histórico da sociedade. Tendo, pois, a matriz, uma dimensão teórico-metodológica e ético-política, considerando que a primeira fornece as bases explicativas da compreensão da realidade e da sociedade; e a segunda dimensão expressa a direção social da profissão, nos valores e compromissos.

Guerra (2018) aponta para a importância do debate dos fundamentos considerando que:

é preciso formar assistentes sociais que possuam uma sólida fundamentação teórico-metodológica para interpretar a realidade na qual intervêm, que sejam capazes de desvelar as particularidades da profissão sem incorrer no endogenismo ... Por isso a formação graduada e pós-graduada tem que ir além: fornecer os fundamentos para uma intervenção qualificada que expresse os fundamentos nos



quais se subsidia e que seja capaz de produzir conhecimento relevantes do ponto de vista social, dentro de um projeto de ruptura (GUERRA, 2018, p. 29).

Dessa forma, a autora, compreende que os fundamentos reforçam e indicam que a formação profissional é um processo de qualificação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para subsidiar e orientar o exercício profissional.

Entende, pois, que recorrer aos fundamentos é essencial para a formação integral do ser e da formação acadêmica profissional, segundo Guerra (2020):

A capacitação teórica-metodológica e histórica é que permite uma apreensão do processo social como totalidade, reproduzindo o movimento do real em suas manifestações universais, particulares e singulares, em seus componentes de objetividade e subjetividade, em suas dimensões econômicas, políticas, éticas, ideológicas e culturais, fundamentado em categorias que emanam da adoção de uma teoria social crítica (ABESS, 1996, p.52)

A autora pontua que o conhecimento teórico metodológico ocorreu sem as mediações históricas necessárias à apreensão das problemáticas cotidianas com as quais a profissão se depara, sendo emergente a apreensão qualificada dos fundamentos da profissão. Closs (2015) define ademais, que as mediações possibilitam articular, extrair e elaborar a construção de formulações teórica-metodológicas direcionadas para a compreensão da profissão e da realidade, subsidiando os processos interventivos.

3 CONCLUSÃO

Considerando os aspectos apontamos sobre os fundamentos do Serviço Social, concordamos com a importância do debate crítico na formação profissional, considerando a perspectiva da totalidade social. O aprofundamento do debate teórico-metodológico pressupõe compreender que, na trajetória profissional, ocorreu a interlocução com diferentes matrizes teórico-metodológicas e que, de acordo com cada uma, construiu-se uma dada interpretação da realidade social e da própria profissão.

Diante disso, concordamos que a aproximação com a teoria social crítica de Marx possibilitou a compreensão da profissão como produto sócio-histórico e como especialização do trabalho coletivo, como nos trouxe lamamato.

Assim, os fundamentos do Serviço Social, conforme colocado, são essenciais para viabilizar a interlocução entre o Serviço Social e a sociedade, viabilizando as bases explicativas da compreensão da realidade. Desse modo, é imprescindível a formação de assistentes sociais capacitados com conhecimentos analíticos, assim como as dimensões técnico-operativas, teórico-metodológica e ético-política, possibilitando uma direção crítica, e a apreensão suficiente das mediações históricas necessárias na consolidação do conhecimento teórico-metodológico.



REFERÊNCIAS

ABEPSS. DIRETRIZES GERAIS PARA O CURSO DE SERVIÇO SOCIAL (Com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996.) Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf

ABESS. Diretrizes gerais para o curso de serviço social. Cadernos Abess, São Paulo: Cortez, n. 7, 1997.

CARDOSO, Isabel Cristina da Costa; GRANEMANN, Sara; BEHRING, Elaine Rossetti; ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira. **A proposta básica para o projeto de formação profissional – novos subsídios para o debate.** In: Cadernos ABESS n. 7. São Paulo: Cortez, p. 15 – 57. 1997

CARVALHO, Alba Maria Pinho de; BONETTI, Dilséa Adeodata; IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Projeto de investigação: a formação profissional do assistente social.** In: Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 14, p. 104- 143, abr. 1984.

CASTRO, Marina Monteiro de Castro e. TOLEDO, Sabrina Navarro. A reforma curricular do Serviço Social de 1982 e sua implantação na faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. Libertas. Revista da faculdade de serviço social – Programa de Pós-graduação em Serviço Social. v. 11. n. 2. 2012.

CLOSS, Thaisa Teixeira. Fundamentos do serviço social: um estudo a partir da produção da área / Thaisa Teixeira Closs. – Porto Alegre, 2015. 253 f.

GUERRA, Yolanda. Fundamentos Filosóficos para o Serviço Social. 1.ed. Socialis Editora, 2020.

GUERRA, Yolanda; LEWGOY, Alzira Maria Batista; MOLJO, Carina Berta; SILVA, José Fernando Siqueira. Serviço Social e seus Fundamentos: conhecimento e crítica. Campinas: Papel Social/CNPq/CAPEs, 2018

IAMAMOTO, Marilda V. **A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro.** Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 120, 2014, p. 609-639. Disponível em: www.scielo.br/j/sssoc/a/t7jmcDg9vPQG3bhmz3WTPCs/?lang=pt&format=pdf. Acesso em: 10 jul. 2021

NETTO, José Paulo. Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64. 17.ed. São Paulo: Cortez, 2015.

QUIROGA, Consuelo. Invasão positivista no marxismo: manifestações no ensino da metodologia no serviço social. São Paulo: Cortez, 1991.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Fundamentos históricos e teórico-metodológicos e as tendências contemporâneas do Serviço Social.** In: GUERRA, Yolanda; LEWGOY, Alzira M. B.; MOLJO, Carina B.; SERPA, Moema; SILVA, José Fernando S. Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica. Campinas, SP: Papel Social, 2018.